

Documento

Artigos na imprensa sobre Celso Furtado

Celso Furtado morreu no dia 20 de novembro de 2004, no Rio de Janeiro. Publicamos a seguir alguns dos artigos que foram logo em seguida publicados na imprensa sobre sua vida e obra.

Sempre na Luta, Exigindo Reflexão

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Celso Furtado foi o maior dos economistas brasileiros, e o mais reconhecido internacionalmente. Escreveu obras fundamentais, como *Formação Econômica do Brasil* (1959) e *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), que o inscreveram entre os grandes economistas mundiais que nos anos 40 e 50 criaram a nova teoria do desenvolvimento. Teve participação decisiva, juntamente com Raúl Prebisch, na formulação da teoria estruturalista latino-americana. Elaborou uma teoria original do subdesenvolvimento, distinguindo-o do mero atraso. Contribuiu para estabelecer as bases do planejamento econômico indicativo que se realizou no Brasil, com grande êxito, entre os anos 50 e 70. Colaborou com o grupo do ISEB no estabelecimento das bases teóricas de uma política nacional-desenvolvimentista para o Brasil e a América Latina. Fundou a Sudene, elaborando então um plano inovador para corrigir as diferenças regionais no Brasil. Ministro do Planejamento em um momento de absoluta crise política, em 1963, produziu um plano austero de estabilização, o Plano Trienal, que não foi implementado. Exilado, continuou no exterior seu trabalho teórico e sua análise crítica da economia brasileira — o que não o impediu de também apresentar, em 1968, na Câmara dos Deputados, nas vésperas do Ato 5, um projeto de retomada do desenvolvimento com distribuição de renda que, em seguida, constituiu *Um Projeto para o Brasil* (1968).

De volta ao Brasil, depois de uma passagem pelo governo Sarney, onde já não lhe atribuíram funções na área econômica, foi aos poucos se transformando na consciência crítica das novas administrações econômicas que, a partir de 1990, impuseram ao Brasil o credo neoliberal. Nesse período, Furtado foi quase esquecido. Para muitos, era um economista do passado, nacionalista no tempo da globalização e do globalismo, desenvolvimentista no tempo dos mercados livres e da ortodoxia convencional...

Entretanto, mais recentemente, diante do fracasso da ideologia globalista em restabelecer o equilíbrio macroeconômico no país e retomar o desenvolvimento, os brasileiros voltaram a lembrar de Furtado, e começaram as homenagens e o reconhecimento. Eu próprio organizei, com José Marcio Rego, um livro em sua homenagem, que várias vezes ele me disse ter sido a melhor homenagem que recebeu.

No entanto, Celso Furtado morreu frustrado. Sua grande paixão foi sempre o Brasil, e por isso mesmo a decepção foi grande. Um homem que pôs todas as suas esperanças na sua terra viu, aos poucos, elas serem desfeitas, primeiro com o regime militar de 64, depois, em 1985/86, com o colapso do pacto democrático-popular das “Diretas Já” em estabilizar a economia e retomar o desenvolvimento, e, finalmente, nestes últimos dois anos, ao verificar que o governo que apoiara com entusiasmo traía suas promessas de campanha.

Mas morreu lutando. Em seu último livro, *Em Busca de Novo Modelo* (2002), ele novamente nos obrigou a refletir de forma crítica sobre os problemas do Brasil. A partir do método histórico, salientou que a industrialização tardia de países como o Brasil é muito diferente da que ocorreu nos países hoje desenvolvidos, porque, enquanto nestes a inovação e a difusão combinam-se para responder às próprias

necessidades das sociedades, naqueles a difusão é marcada pela tentativa de imitação por parte das elites — as classes altas e as médias — dos padrões de consumo do centro. Ora, esta busca ansiosa de reprodução de padrões de consumo vai determinar as duas tendências centrais das economias periféricas: (1) a propensão ao endividamento externo e (2) a propensão à concentração social da renda.

Em um momento em que a Índia ainda não se tornara o segundo centro de atenções do mundo, depois da China, graças a seu grande êxito econômico, ele mostra que, embora a Índia tenha uma renda por habitante que é um quinto da brasileira, sua taxa de poupança é consideravelmente maior que a do Brasil. Como se explica isto? Porque no Brasil a renda é muito mais concentrada nas classes altas e médias do que na Índia. Neste país, os 20 por cento mais ricos controlam uma renda quatro vezes maior do que os 20 por cento mais pobres, enquanto no Brasil essa relação é 32! Para essa brutal concentração, é funcional a estratégia de crescimento com poupança externa, que permite a valorização do câmbio, a elevação artificial dos salários, e o aumento do consumo às custas da diminuição da já pequena poupança interna. O resultado é uma substituição da poupança interna pela externa, sem que aumente a taxa total de poupança e investimento. Uma substituição desastrosa de poupança interna por externa, que traz no seu bojo a segunda tendência assinalada por Celso: o aumento do endividamento externo.

Em minhas recentes conversas com Celso, discutimos também o problema da taxa de juros, que completa o quadro no plano financeiro interno. Não apenas a taxa de juros alta é a contrapartida da taxa de câmbio baixa, valorizada. É também uma forma de assegurar no curto prazo o subsídio pelo Estado das elites rentistas existentes no país, consolidando, assim, a concentração de renda.

Mas não seriam todas essas críticas simples manifestações de “populismo”, como sugerem os defensores da ortodoxia convencional dominante? E como sugeriu o próprio presidente Lula nestes últimos dias, quando reagiu com veemência às pressões de seu partido para mudar a política “e gastar mais”? Ora, embora criticando a ortodoxia convencional com vigor, porque via ali interesses contrários aos do país, Celso Furtado jamais aceitou a solução falsamente keynesiana de incorrer em déficit público para promover o crescimento. Sua luta, hoje, no Brasil, contra as taxas de juros decididas pelo Banco Central visava precisamente proteger o Tesouro nacional e viabilizar a recuperação da poupança pública e dos investimentos na infra-estrutura. Por isso, inclusive, opunha-se ao conceito de superávit primário, que esconde o efeito dos juros sobre o déficit público.

Como resultado de sua análise, Celso Furtado estava convencido de que as classes beneficiadas pela concentração de renda não se revelam à altura de seu papel de elites. Ao copiarem os padrões de consumo norte-americanos, não poupam para investir e endividam o país no exterior. Ao defenderem a política monetária, aumentam sua renda financeira às custas do Tesouro nacional. Celso, entretanto, não desesperava jamais. Ele sabia que, para construir uma nação, não bastam trabalhadores e técnicos de classe média; precisa-se também de empresários.

Sem dúvida, o fracasso político das elites brasileiras nos últimos 25 anos é patético. Enquanto as elites cafeeiras do oeste paulista e, mais tarde, as elites industriais e tecnocráticas, que surgiram entre os anos 30 e 50, foram notáveis em promover o desenvolvimento nacional, as elites de hoje, alienadas em um grau impensável, fracassam na sua missão de dirigir o país. Ao reproduzirem os padrões de consumo do centro, perdem o próprio orgulho pela cultura nacional que tanto nos caracterizava. Em vez de definir, caso a caso, qual o interesse nacional, e defendê-lo, dedicam-se apenas ao “confidence building”. O que lhes interessa saber é o que os estrangeiros pensam do Brasil, não o que o Brasil pensa sobre seu futuro.

É claro, porém, que essa crítica não pode se estender indiscriminadamente a todas as elites empresariais, políticas e intelectuais existentes no país. Para Celso, essas elites são dependentes, mas não uniformemente dependentes. Há setores, em todas elas — setores que aumentam ou diminuem, conforme o momento — que são capazes de ser nacionais, de se identificar com os interesses da nação. Nos últimos dois ou três anos, depois que ficaram patentes o fracasso das receitas convencionais e globalistas e o êxito dos países asiáticos que decidiram realizar sua revolução capitalista em termos nacional-desenvolvimentistas e voltados para a competição internacional, não cessa de aumentar o número dos que, nesses setores principais das elites, voltam a pensar com independência. Infelizmente, Celso Furtado não viveu o bastante para testemunhar o momento em que essa mudança começa a dar frutos.

Valor, 26/11/2004

O Maior Economista Foi um Servidor da República

Francisco de Oliveira

Celso Furtado nos deixou na manhã de ontem, sábado, 20 de novembro. A República ficou mais escura, menor, e nós todos órfãos, humilhados e ofendidos. Privados de sua lucidez incansável, de sua visão ampla e generosa, de sua fidelidade republicana e democrática sem paralelo na vida pública brasileira.

Furtado não foi apenas o maior economista brasileiro e latino-americano de todos os tempos e um dos grandes cientistas sociais de nosso tempo. Para além disso, foi um servidor da República, um servidor do povo brasileiro, sem alardes, sem farisaísmos, sem declarações grandiloqüentes. Se sua obra teórica faz parte da própria construção nacional, sem o que não nos reconhecemos, sua obra de servidor público, talvez com menor visibilidade, é um patrimônio da nação, que convida a nos debruçarmos sobre sua figura austera, numa república plagada de vícios patrimonialistas.

Nos últimos 50 anos, a discussão sobre o Brasil, seus problemas, suas potencialidades, seus impasses e dilemas passou necessariamente pela obra de Furtado, desde que empreendeu sua cruzada oferecendo uma alternativa de interpretação e de ação contra os liberais-autoritários de sua geração e, mais recentemente, contra os novos e falsos liberais. No fundo, os liberais brasileiros foram e continuam sendo disfarces de autoritários.

Nos anos 50, forneceu as bases para um programa nacional de desenvolvimento econômico, que plasmou o Plano de Metas de Kubistchek com seu trabalho à frente do Grupo Mixto BNDE-Ceal, de que foi o arquiteto e líder insubstituível.

Ainda na mesma década, qual novo Quixote, montado no Rocinante da Razão, enfrentou os “industriais da seca” e o latifúndio, tentando trazer o Nordeste para o século 20, engatando-o no desenvolvimento nacional, que então mostrava capacidade de resgatar todas nossas pesadas dívidas. Sua obra na Sudene é de uma revolução federativa de que a ciência social no Brasil ainda não avaliou a profundidade.

Sua dignidade, que prescindia, e mais, se horrorizava com os procedimentos da auto-heroicização, é tão contundente frente aos padrões predominantes no Brasil que mal se pode acreditar.

Testemunhei de perto, nos fecundos cinco anos em que trabalhei sob sua liderança na Sudene, desde o gesto aparentemente insignificante de partilhar o mesmo quarto num hotel na Bahia, para não estimular gastos perdulários com o dinheiro público, até sua firme e decidida reprimenda ao golpista general Justino Alves Bastos.

Na tensa calma da tarde de 1º de abril, aquele obtuso soldado comandante do 4º Exército se queixou de que Furtado não havia colaborado no transe da tomada do poder pelos militares.

Ele respondeu sem bravatas que era um servidor público, e que o Exército não solicitasse sua colaboração, logo ele que foi oficial voluntário da FEB, para um golpe de Estado que havia destituído o governo legitimamente eleito, que repugnava às suas convicções republicanas.

Dali, seu nome saiu para a primeira e nefanda lista de cassações de direitos políticos.

Poucos cientistas sociais podem se orgulhar de terem visto suas idéias transformarem-se em força social e política; a obra de Furtado passou por essa dura prova da História. Contra ou a favor, ela exige que se tome posição a seu respeito.

Na sua hora final, que permanecerá indecifrável para todo o sempre, o paraibano de Pombal talvez tenha pensado com amargura no destino da nação à qual dedicou o melhor de suas forças e de seu talento. Nós, seus discípulos, continuaremos com nossa teimosia a dizer que nada foi em vão, que suas idéias continuarão a fecundar a inteligência brasileira e a ajudar nosso povo a conquistar os seus direitos. O futuro não será um amontoado de ruínas.

Folha de S.Paulo, 21/11/2004

Celso Furtado

Yoshiaki Nakano

O Brasil perdeu seu maior economista e intérprete. Celso Furtado não só deixou uma extensa obra essencial para compreender o Brasil, mas inspirou e levou toda uma geração de jovens a se dedicar ao estudo da economia e do desenvolvimento econômico e social brasileiro. Depois de passar a sua vida dedicada ao estudo do processo de desenvolvimento, mas sempre atuante “consciente de que os problemas maiores da sociedade exigem um compromisso com a ação”, faleceu neste fim-de-semana aos 84 anos frustrado com os acontecimentos das últimas duas décadas no Brasil e na América Latina.

Nos anos recentes nem todos concordam com o seu pensamento, alguns o classificam como um retrógrado associado ao desenvolvimentismo nacional da década de 60. Mas uma releitura da sua obra mostra uma enorme atualidade quando o Brasil está sendo obrigado a repensar a sua estratégia de crescimento adotada nos últimos dez anos que produziu semi-estagnação e desemprego crescente. Neste momento que discutimos se a recuperação cíclica se transformará no desenvolvimento sustentado, torna-se mais relevante lembrar algumas questões chave colocadas por Celso Furtado.

Nas suas últimas obras dizia que em “nenhum momento de nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e que esperávamos ser”. Mas nem por isso perdeu as esperanças e escreveu num tom profético no último de seus escritos publicado neste ano: “Em um futuro que, imagino, não será muito remoto, parecerá simples devaneio de intelectual ocioso a referência ao que está ocorrendo na América Latina, neste final de era marcado pelo *fundamentalismo mercantil*”.

Sem dúvida, morreu com espanto com o que está ocorrendo neste país. Indaga Celso Furtado no escrito mencionado acima e publicado este ano: “como explicar que uma economia com a vitalidade da brasileira, que nos primeiros três quartos do século XX, beneficiou-se de um ritmo de crescimento superado apenas pelo do Japão, tenha se conformado com uma *taxa de decrescimento* no decorrer deste último decênio?”. De fato, esta é a grande questão que diferentes segmentos da sociedade brasileira estão começando a formular, particularmente a partir dos resultados e conseqüências do não-desenvolvimento dos últimos dez anos. A primeira grande manifestação política ocorreu nas eleições de 2002, quando claramente a população manifestou-se pela mudança e a sua insatisfação com a situação econômica do país e a política econômica. Infelizmente, para a frustração da maioria da sociedade brasileira, o governo eleito não conseguiu romper com a situação.

Frustração e espanto não levaram Celso Furtado a capitular e a se conformar com o pensamento e as forças dominantes da globalização. Na formulação de Celso Furtado, o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. O subdesenvolvimento só pode ser entendido inserido no contexto histórico global, pois é resultado de expansão das economias capitalistas do centro estruturando a periferia dependente numa forma particular. É conseqüência da própria propagação rápida de novas formas de produção e de consumo de centros irradiadores de inovações tecnológicas em estruturas arcaicas e marcadas pela desigualdade. Desta forma, o desenvolvimento sustentado só seria possível a partir de um projeto nacional capaz de colocar as inovações tecnológicas plenamente a serviço dos interesses da população. Para isto, é necessário recolocar o próprio processo de construção de uma estrutura produtiva nacional, integrada e competitiva como centro dinâmico da economia.

A construção de uma estrutura produtiva competitiva na periferia não se faz pelo simples transplante de fábricas e padrões de consumo dos países desenvolvidos, mas por um processo de aprendizagem das tecnologias modernas colocando-as a serviço da construção de uma estrutura produtiva capaz de empregar plenamente a população do país. Esta conclusão é oposta, por exemplo, àquela a que chegou Fernando Henrique Cardoso, que na sua teoria da dependência vislumbra a possibilidade de um desenvolvimento dependente e associado às grandes empresas multinacionais. Na visão deste último, o desenvolvimento dependente associado pode se concretizar a partir das decisões das empresas multinacionais em trazerem capital para o país, e este processo seria coordenado pelas forças do mercado.

Assim sendo, o desenvolvimento para Celso Furtado não é também questão de simples aumento de oferta de bens e serviços com acumulação de capital. Mesmo que seja um fenômeno induzido

do exterior, o desenvolvimento só será sustentado se for um processo de autotransformação de uma coletividade humana em função de objetivos que esta coletividade se propõe alcançar. De outra forma, a coletividade tende a se desagregar com crescente aumento da tensão social e violência ou a apelar para o autoritarismo. Nenhuma destas soluções é aceitável para a sociedade brasileira. Daí o tom profético contido na citação acima de Celso Furtado.

A grande questão que cabe às lideranças econômicas e políticas do país é encontrar opções que se apresentem como possibilidades políticas, isto é, atendam às aspirações de todos os segmentos da sociedade e que possam ser concretizadas no ambiente de globalização. Isso envolve a substituição da atual hegemonia política, satisfeita com a pseudo-estabilidade, e que assiste insensível à desagregação social, por uma nova hegemonia de forças políticas que tenha como objetivo maior o crescimento sustentado e a geração de emprego.

Valor, 23/11/2004

Celso Furtado: O Imortal *Fernando Ferrari Filho*

Em recente artigo publicado na *Revista de Economia Política*, Celso Furtado escreveu que “... há quase meio século ... não houve correspondência entre crescimento econômico e desenvolvimento [no Brasil]” e, portanto, “... o país seria um caso conspícuo de mau-desenvolvimento”.¹

A constatação de Celso Furtado deve lhe ter sido, no mínimo, angustiante, principalmente pelo fato de que a compreensão do subdesenvolvimento e as condições para superá-lo foram o centro de suas reflexões, que se encontram em sua ampla, original e criativa obra.

Como sabemos, Celso Furtado tinha uma visão mais abrangente da economia: para ele, a Ciência Econômica tinha uma interdisciplinaridade com as Ciências Sociais e Políticas. Nesse sentido, sua obra é caracterizada pela apresentação de um método analítico e histórico-estrutural (mais especificamente, estruturalismo) que busca explicar a dinâmica do desenvolvimento da economia brasileira e da América Latina a partir da transição de economias com bases coloniais para sistemas capitalistas. Pelo referido método, a estratégia de desenvolvimento das economias periféricas deveria passar por mudanças estruturais da sociedade, caso contrário, elas estariam destinadas à reprodução das condições que levam inexoravelmente ao subdesenvolvimento.

Suas principais obras, *Formação Econômica do Brasil*, escrita em 1959, e *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, de 1961, buscam explicar a dinâmica do desenvolvimento da economia brasileira e da América Latina, respectivamente.

Em *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado realiza um estudo sobre a evolução da economia brasileira do período colonial, cuja dinâmica econômica era alicerçada no modelo agro-exportador, ao início da industrialização, baseado no processo substitutivo de importações. Na referida obra, a tese furtadiana — diga-se de passagem, passível de controvérsia — é de que o surgimento da industrialização brasileira teria advindo da “teoria dos choques adversos”.²

Em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, Celso Furtado analisa e compara o funcionamento de economias subdesenvolvidas e capitalistas avançadas, visando, com isso, não somente conhecer a realidade econômica específica dos países periféricos, mas, principalmente, apresentar saídas para seus problemas sócio-econômicos. Dentre essas, o modelo desenvolvimentista apoiado na intervenção do Estado, que se contrapunha ao liberalismo econômico, era por ele apontado como essencial para a dinâmica da renda e da produção das economias periféricas. Em outras palavras, para Celso Furtado,

¹ Furtado, Celso. Os Desafios da Nova Geração. *Revista de Economia Política*, vol. 24, nº 4 (96), outubro-dezembro/2004, pp.483-486.

² *En passant*, pela “teoria dos choques adversos”, o desenvolvimento industrial no Brasil manteve-se letárgico até o início dos anos 1930 e tornou-se emergente e dinâmico a partir da crise do modelo agro-exportador ao longo da Grande Depressão.

uma vez que as forças do mercado não eram capazes de assegurar, simultaneamente, crescimento econômico e desenvolvimento, o planejamento e a intervenção do Estado eram imprescindíveis.³

A sinalização da necessidade dos países periféricos adotarem um modelo intervencionista de desenvolvimento foi, inclusive, a tese central da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada no final dos anos 1940. Nesse particular, ao lado de Raúl Prebisch e Aníbal Pinto, Celso Furtado foi um dos principais articuladores e influenciadores do pensamento econômico da CEPAL.

Para a CEPAL, a insuficiência do desenvolvimento latino-americano resultava, principalmente, da deterioração das relações de troca entre países centrais e periféricos, pois a relação de preços entre produtos industrializados e primários evoluía de forma desfavorável para estes últimos. Diante desse contexto, o desenvolvimento somente poderia ser viabilizado a partir de uma ação planejada, de tal maneira que ao Estado caberiam as tarefas de (i) estimular a demanda efetiva, (ii) orientar os investimentos e (iii) propiciar as transformações das estruturas econômicas.

Pois bem, ao longo dos anos 1950 e 1970, os projetos nacional-desenvolvimentistas, tanto de cunho keynesiano nos países centrais quanto sob a égide do estruturalismo cepalino nos países periféricos, lograram êxito em seus objetivos de estabilidade, crescimento, industrialização e avanço social. Segundo Williamson,⁴ no referido período, o Produto Interno Bruto (PIB) mundial cresceu, em média, 5,5% ao ano, o volume do comércio internacional quadruplicou e a inflação manteve-se relativamente estabilizada.

Diferentemente dos anos de glória do capitalismo, período 1950-1970, a economia mundial nos anos 1980 e, principalmente, 1990 apresentou indicadores econômicos medíocres e conviveu com inúmeras crises financeiras e cambiais, devido, essencialmente, às transformações econômicas significativas ocorridas na maioria dos países, quais sejam, (i) abertura comercial, (ii) mobilidade internacional de capitais, (iii) desregulamentação dos mercados financeiros e cambiais, (iv) reformas micro-institucionais — tais como patrimonial, tributária e previdenciária, entre outras — e (v) adoção de políticas econômicas austeras, tanto monetária, visando tão-somente o controle do processo inflacionário, quanto fiscal, objetivando o ajuste e *downsizing* do setor público. Em suma, nos referidos anos o modelo neoliberal foi imposto pelo processo de globalização do capital, mais especificamente do capital financeiro.

O Brasil, naturalmente, não perdeu o “trem da história”: a partir da década de 1990, e mais especificamente, a partir do Plano Real, o País implementou uma política econômica alicerçada nas liberalizações comercial e financeira e nas restrições monetárias e fiscais. Como resultado, o PIB cresceu, em média, 1,9% ao ano, entre 1990 e 2002.

Celso Furtado, como era de se esperar, foi um crítico veemente do pensamento ortodoxo e do processo de globalização financeira. Ao analisar a *performance* da economia brasileira, contextualizada no projeto neoliberal, escreveu, no mesmo texto mencionado no início deste artigo, o seguinte: “... o corte desmedido nos investimentos públicos ... gera efeitos particularmente nefastos ... Forçar um país que não atendeu às necessidades mínimas de grande parte da população ... para que se cumpram metas de ajustamento ... impostas por beneficiários de altas taxas de juros, é algo que escapa a qualquer racionalidade”.

Esperançoso de que no governo de seu amigo Lula da Silva, o crescimento econômico finalmente pudesse metamorfosear-se em desenvolvimento, alertou, ainda no referido texto, que cabe aos cientistas sociais a responsabilidade de velar para que os erros do passado não sejam repetidos, ou seja, “para que não voltem a ser adotadas falsas políticas ... cujos benefícios se concentram nas mãos de poucos”. Infelizmente, contudo, as políticas fiscal e monetária restritivas e a sinalização da indepen-

³ Nesse particular, é importante mencionar que Celso Furtado sofreu uma forte influência da teoria keynesiana, que entende que a dinâmica do crescimento das economias capitalistas não pode prescindir do Estado e de suas políticas fiscal e monetária contra-cíclicas.

⁴ Veja, para tanto, John Williamson, *A Economia Aberta e a Economia Mundial: Um Texto de Economia Internacional*. Rio de Janeiro, Campus, 1989.

dência do Banco Central, entre outras, são indícios de que o crescimento econômico na era Lula da Silva estará fadado a um “mau-desenvolvimento”.

Nos resta, portanto, a *imortalidade* do pensamento de Celso Furtado.

Zero Hora, 27/11/2004

Um Apaixonado pela Razão

José Serra

Início de 1963, aeroporto de Congonhas, São Paulo, porta de desembarque, sábado ensolarado. Lá estava eu aguardando a chegada de um Convair da Ponte Aérea que trazia o então ministro do Planejamento, Celso Furtado, para levá-lo a um debate sobre o Plano Trienal, preparado por ele mesmo para João Goulart, cujo governo saíra fortalecido depois da recente vitória do presidencialismo contra o sistema parlamentarista, num plebiscito.

Eu tinha 20 anos e presidía a União Estadual dos Estudantes, que, junto com a UNE, organiza o seminário. Celso chegou sozinho, elogiou a iniciativa do debate e propôs tomarmos um café, antes de seguirmos para a Cidade Universitária. Por seus livros e, principalmente, pela Operação Nordeste e criação da Sudene, para nós ele já era um mito e foi uma surpresa constatar que era um homem simples, cordial e discreto.

Na mesa, o debatedor principal era Mário Alves, baiano da geração do ministro e dirigente nacional do Partido Comunista Brasileiro. O Plano Trienal pretendia, de fato, combater a inflação, naquela altura superior a 50% ao ano, promover reformas no setor público e oferecer um caminho para que a economia brasileira retomasse o dinamismo da segunda metade da década anterior. Previa deter o galope inflacionário combatendo o déficit público, controlando a expansão monetária, melhorando a oferta agrícola, atenuando o desequilíbrio externo e freando a espiral preços-salários.

A esquerda criticava não os objetivos, mas os instrumentos e a consistência do próprio plano, que, embora defendesse a reforma agrária, não previa a ampliação da participação do Estado na economia nem maiores restrições ao capital estrangeiro, considerados por ela como fatores chave de qualquer estratégia econômica nacional bem-sucedida.

Para os padrões atuais, o debate foi civilizadíssimo. Mário Alves, que poucos anos depois morreria assassinado sob tortura nos porões da ditadura, falou de forma crítica mas bem-educada, e as perguntas e comentários do público seguiram a mesma linha. As pessoas, principalmente estudantes, estavam a fim de se informar, de aprender. Celso fez uma exposição clara, com domínio de conceitos e perspectiva histórica, rebateu de forma suave as críticas, esclareceu dúvidas e respondeu com clareza e elegância a todas as questões. Um poço de racionalidade. Ganhou o debate e mesmo aqueles que não se convenceram de suas teses devem ter saído de lá desejando que sua razão fosse a verdadeira. A maioria, estivesse ou não fora da realidade, não apostava “no quanto pior, melhor”.

Naquela tarde, assistindo ao debate (e até falando, imaginem!), decidi que, depois de concluir meu curso de engenharia, iria estudar economia. Ficara fascinado pelo duelo entre Mário e Celso, e, mais ainda, com a complexidade da economia e dos problemas econômicos do país, cuja compreensão pareceu-me essencial para a construção do Brasil que ambiciosamente sonhávamos.

No bojo da instabilidade política e sob o impacto da aceleração da inflação, que já estava em andamento, as diretrizes do Plano Trienal mal saíram do papel. No segundo semestre daquele ano, Celso já havia voltado para a Sudene. Em abril do ano seguinte, rumava para o exterior, depois do golpe militar que cassou seus direitos políticos e vitimou a democracia brasileira do pós-guerra.

Já nos primeiros meses angustiados do exílio, inicialmente na França, debrucei-me sobre três livros do ex-ministro brasileiro: *Formação Econômica do Brasil*, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (um conjunto de ensaios que, para mim, é o melhor livro de Celso Furtado) e *A Pré-Revolução Brasileira*.

Ele combinava os instrumentos da melhor análise econômica cambridgeana, o conhecimento histórico, o domínio e a confiança na razão como elemento mobilizador e transformador das sociedades. Um estilo seco, objetivo, sem qualquer grandiloquência.

Nenhum intelectual exerceu tanta influência entre nós quanto Celso Furtado, e nenhum brasileiro foi tão reconhecido, ouvido e publicado no exterior como ele, com sua obsessão pela compreensão histórico-estrutural do processo de subdesenvolvimento e das condições complexas para superá-lo. Um dos fundadores da “escola” estruturalista latino-americana, ele foi seu mais profícuo formulador.

Com Celso, aliás, vai o último grande personagem dessa escola, que firmou o que há de identidade latino-americana na segunda metade do século passado: Raul Prebisch, Jorge Ahumada, Juan Loyola e o grande Aníbal Pinto. Como disse ontem seu principal auxiliar na Sudene, Francisco de Oliveira, “poucos cientistas sociais podem se orgulhar de terem visto suas idéias transformarem-se em força social e política; a obra de Furtado passou por essa dura prova da história. Contra ou a favor, ela exige que se tome posição a seu respeito”.

Uma obra cuja valorização é extremamente oportuna quando nosso país vai completando um quarto de século de semi-estagnação econômica, a pior fase desde o último terço do século XIX — e, mais ainda, quando a falta de um projeto nacional de desenvolvimento chega a ser apreciada pelo pensamento dominante como virtude nacional. Como se as grandes questões do país pudessem ser resolvidas pela combinação de “inativismo” estatal, sinalizações amigas ao mercado e assistencialismo, estigmatizando-se o debate sobre políticas macroeconômicas alternativas.

A última vez que encontrei Celso Furtado foi em abril último, no seu pequeno apartamento em Paris, que visitei em companhia dos jornalistas Reale Júnior e Mario Sérgio Conti. Sua lucidez estava intacta, ao contrário de suas condições físicas. Entre outros temas, numa conversa despreocupada, ele falou de sua formação, da figura de seu pai. Mas começou esclarecendo-me que a poltrona de couro já havia sido aposentada, haveria poucas semanas.

Explico: quando houve o golpe no Chile, em 1973, antes de ser preso, eu havia enviado móveis e livros para a França, para onde iria com minha família, convidado para trabalhar em universidade. Depois da prisão e de uma longa reclusão numa embaixada, mudei os planos. Uma vez na Europa, visitei-o em Paris, onde ele morava, e depois em Cambridge, na Inglaterra, onde passou um tempo como professor visitante. Hospedou-me alguns dias em sua casa. Numa conversa descontraída, eu lamentei: “Se for mesmo para os Estados Unidos (como veio a acontecer), vou acabar perdendo meus móveis. Você não quer guardar, e usar, uma poltrona de couro nova, que eu gosto tanto e mal cheguei a usar?”. Ele topou e, no final, é óbvio, eu nunca quis a poltrona de volta, a mesma que durante 30 anos foi usada por ele, Rosa e suas visitas, para minha enorme satisfação.

Folha de S. Paulo, 22/11/2004

Apaixonado Explicador do Brasil

Pedro Malan

Celso Furtado teve influência extraordinária e marcante na discussão intelectual sobre o Brasil, seguramente, e em parte sobre a América Latina. Sua influência deriva não só de sua obra, mas também de sua atividade profissional, da maneira como se portava. Celso Furtado era uma pessoa que transmitia muita seriedade, dignidade, serenidade, e uma vontade de ouvir e de explicar aquilo que está pensando. E um pensamento que sempre reteve a capacidade de se renovar. É exatamente por isso que ele teve influência muito grande na sua própria geração, porque nos anos 50 já era uma pessoa razoavelmente conhecida no seu meio, e ele estava nos seus trinta anos.

Mas ele havia tido uma experiência que era extraordinária, em um momento extraordinário do mundo. Me lembro de ter lido um livrinho dele sobre a experiência de ter servido na Força Expedicionária Brasileira. Ele devia ter uns vinte e poucos anos. Era uma experiência de abertura de janelas para o mundo que ele nunca perdeu. Se existe algo de que ninguém pode acusar Furtado, jamais, é de provincianismo, é de não ter se situado desde cedo no mundo. Isso é uma grande qualidade. Ele esteve, se não me engano, na França, estudando em Paris, na segunda metade dos anos 40. E na Inglaterra, depois na Cepal, a Comissão Econômica para a América Latina. Furtado logo se associou à Cepal, a Raúl Prebisch, seu primeiro secretário-geral. Era grande a importância do que ali se discutia, sempre em interação com o resto do mundo.

É difícil caracterizar o que seria a essência do chamado pensamento cepalino — expressão que não uso — porque significa coisas diferentes para diferentes pessoas. Era uma tentativa correta, mas que não pôde ser apropriada intelectualmente por ninguém, de se combinar uma visão internacional, uma perspectiva histórica e questões de natureza política institucional e social. Quer dizer, não se fazia distinção entre o econômico, o social, o político e o histórico-institucional. O que ficou associado mais ao pensamento cepalino, que não era teoria, mas uma hipótese que o Prebisch levantou nos anos 40, foi que, analisando séries históricas de determinado período, vê-se que os preços de matérias-primas, ou de *commodities*, ou de produtos agrícolas, tendiam a crescer menos que os de produtos industrializados ou manufaturados.

Na verdade, a hipótese era mais rica. Prebisch dizia que, enquanto no centro os aumentos de produtividade eram parcialmente apropriados pelos trabalhadores, em forma de salários mais altos, na periferia, quando ocorriam, esses aumentos eram apropriados pelos compradores dessas matérias-primas, em forma de preços mais baixos. Portanto, os países em desenvolvimento da periferia estariam condenados ao crescimento precário, ou à estagnação, se continuassem se especializando apenas em produtos primários, ou produtos agrícolas. Foi o argumento usado em prol da industrialização, da produção manufatureira, em países em desenvolvimento, independentemente da dimensão do seu mercado interno, para fugir à hipótese de deterioração de longo prazo das tendências dos termos de troca entre preços de produtos agrícolas e produtos industrializados.

Outra hipótese, referente à inflação, era de que, como existe uma inflexibilidade para baixo dos preços relativos, a única maneira de acomodar suas mudanças e a sinalização que eles dão para as decisões de investimento seria através de alguma taxa de inflação, pequena. Só que esse argumento foi usado depois para justificar a inflação de 100, 200, 1.000%, que é realmente um absurdo, e um desserviço ao, digamos, pensamento cepalino.

Houve ainda a hipótese, que eu acho que era muito pouco promissora, que era a tentativa de associar o pensamento, digamos, de outras pessoas, a uma idéia de monetarismo. Teríamos os monetaristas, que se preocupam somente com questões monetárias de curto prazo, e teríamos os estruturalistas, que estão pensando o curto, médio e longo prazos, a história, a interação entre problemas econômicos, políticos e sociais, pensando no desenvolvimento econômico e social, no sentido lato, com mudança na estrutura reprodutiva de oferta e de demanda. Essa não é uma crítica muito justa, mas um rótulo, porque, na minha geração, se você perguntasse a qualquer um de nós, nos anos 50, o que preferíamos, todos preferíamos ser estruturalistas, porque isso era interpretado como uma visão mais abrangente do mundo, e não uma visão estreita de alguém que está preocupado com o funcionamento da economia a curto prazo, na sua dimensão financeira.

Infelizmente, este é um legado negativo. Até hoje existe esta bobagem, no Brasil, de distinguir — vou usar o rótulo aqui, mas sou contra rótulos, pois encobrem muito mais do que revelam — monetaristas, entre aspas, estruturalistas, entre aspas, e desenvolvimentistas, entre aspas. Como se houvesse alguém que trabalhasse contra o desenvolvimento, a favor de algo que ninguém sabe ao certo explicitar. Tenho certeza de que Celso Furtado jamais compraria esta distinção, como não comprava na época.

Pés no Brasil, cabeça no mundo

A primeira grande obra de Furtado foi *Formação Econômica do Brasil*, que, se me lembro bem, data de 59. E me lembro de algumas obras posteriores. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, que saiu em inglês, é uma coletânea de artigos dele de excelente qualidade. *A Evolução Brasileira* ou *A Pré-Evolução Brasileira*, não me lembro bem, veio depois. Me lembro muito bem de *A Dialética do Desenvolvimento*, que saiu em 64, depois que ele foi cassado em abril de 64. Não havia nenhuma razão para isso, ele nunca foi um político no sentido tradicional da palavra, nunca foi envolvido com movimentos políticos, foi um intelectual, um pensador, uma pessoa que pensava o Brasil, como ele mesmo dizia, com os pés no chão, e ele tinha os pés enraizados firmemente no Brasil, e no Nordeste, o coração no social e a cabeça no mundo. Acho que esta foi a lição que ele manteve ao longo de toda a vida. Daí sua importância para sua geração e para a geração que se seguiu, que foi a minha.

Formação Econômica do Brasil é um livro que deve ser visto no contexto daquelas grandes obras de interpretação do país que emergiram na década de 30, com um livro extraordinário, que é *Raízes*

do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda, com *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, com *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado, e este de Furtado. Por que eles são importantes? Uma sociedade que não conhece seu passado, o processo através do qual chegou ao estado atual, raramente consegue vislumbrar seu futuro. Um país precisa ser capaz de contar sua história, de onde veio, como se estruturou, ainda que seja para criticar, para negar, para propor mudanças. É muito importante entender o processo pelo qual se chegou à situação que se deseja analisar, interpretar ou explicar. E estes livros, o livro de Furtado, se inserem nesta categoria: eram livros que prestavam um enorme serviço de ajudar o Brasil a entender a si próprio — o que era, como tinha sido seu processo de formação, seus principais problemas.

Depois da *Formação Econômica do Brasil*, há um livro de que eu gostei muito, li logo que saiu, acho que em 61, no máximo em 62, que se chamava *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. É um livro que tem uma epígrafe de um economista inglês do século XIX, de que eu nunca me esqueci, que dizia: “Num triângulo retângulo, o quadrado da hipotenusa é igual à soma dos catetos, mas convém sempre perguntar: trata-se mesmo de um triângulo retângulo?”. Porque, no fundo, era uma forma de dizer que naquela época havia alguns que acreditavam que havia uma teoria econômica aplicável aos trópicos, à periferia, e uma teoria econômica aplicável ao mundo desenvolvido. E esta epígrafe do livro de Furtado era uma maneira de dizer: não vamos brigar com os dados. Pode ser que às vezes não se trate de triângulo retângulo, e aí não é verdadeira a relação dos catetos com a hipotenusa. É um livro importante, uma coletânea de ensaios, que é uma tentativa de chamar a atenção para certas especificidades da formação histórica dos países em desenvolvimento, como também para o fato de que a solução desses problemas demandaria um tipo de reflexão que precisava ir além da teoria convencional. Não que ela estivesse absolutamente equivocada, mas não há um modelo único, uma receita única. Cada país teria que ser capaz de refletir sobre sua situação e buscar uma estratégia de crescimento e de políticas adequadas ao seu contexto e suas condições iniciais, que eram dadas pelo passado, as restrições e oportunidades que essa situação oferecia, o contexto internacional, a maneira pela qual o país estava inserido naquele momento através de fluxos de comércio e de capital.

Me lembro de outros dois livros, dessa época também. Um, parece que se chamava “Pré-Revolução Brasileira”, também era uma coletânea de ensaios, coisas muito interessantes. Me lembro do primeiro que ele escreveu depois da cassação, deve ter saído em 1964, segundo semestre, que era a “Dialética do Desenvolvimento”. Também escreveu “Análise do Modelo Brasileiro”, onde há uma coisa interessante: Furtado colocou entre aspas, no título, a palavra modelo — o que talvez seja uma ilustração daquilo que eu disse antes. Na verdade, não há um modelo brasileiro. E o fato de ele ter colocado entre aspas significa que era uma expressão que todo mundo estava usando, mas ele estava analisando uma circunstância, naquele momento. Talvez fosse uma forma simplificada de dizer que ele estava analisando o contexto brasileiro, ou a situação brasileira, ou as perspectivas da situação brasileira. Foi nesse período que o conheci pessoalmente. Mas a admiração vinha de muito antes.

Celso Furtado teve a vantagem de que, naquele início de sua maturidade profissional, havia no mundo uma enorme expectativa positiva, no pós-guerra. Era um mundo em que, assim como os intelectuais marxistas diziam que o marxismo era a conjunção de três grandes tradições (as da filosofia alemã, da revolução política francesa, da política econômica inglesa), se desenvolvia um campo novo, uma subdisciplina da economia, a chamada teoria do desenvolvimento econômico, que também se considerava herdeira de grandes tradições, embora recentes. Por exemplo, Keynes, na década de 30, havia conferido uma base teórica à macroeconomia contra a ortodoxia clássica, e todos nós líamos avidamente Keynes e seus divulgadores. Prebisch tem um livro de introdução a Keynes.

O poder do Estado

A contabilidade nacional começava a engatinhar, na década de 40, e começava a traduzir esses agregados macroeconômicos que hoje são corriqueiros, mas que na época não eram sequer mensuráveis: investimento, consumo, poupança, PIB, crescimento do PIB. Havia a experiência de uma enorme capacidade de intervenção do Estado, seja na Alemanha nazista, na Rússia stalinista, mesmo nos EUA, com Roosevelt e o seu New Deal, o Plano Marshall. Havia uma idéia de que o Estado, o setor público, as empresas públicas, os planos de desenvolvimento, as comissões nacionais de planejam-

to, tudo isso teria um enorme efeito transformador nas estruturas de produção. Era uma tendência mundial na época.

Celso Furtado teve uma participação ativa nessa reflexão. Quando Juscelino o convidou para o BNDES, ele preferiu tratar especificamente do Nordeste. E Juscelino lhe pediu que trabalhasse no Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste, que estava precisando de um sopro novo. Houve uma grande seca no segundo ano do governo de JK, e ele fez um bom relatório naquela ocasião, muito influenciado pelo conhecimento que tinha do Nordeste. Foi um trabalho importante em termos de reflexão sobre problemas sociais e econômicos do Nordeste, nos anos 50, que foi a base de criação da Sudene, da qual ele foi o primeiro superintendente.

A criação da Sudene foi parte de uma tentativa de interpretar o problema do Nordeste de uma forma mais abrangente e não puramente voltada para o problema da seca, ou como responder a ela. Enfim, tentar estudar a estrutura econômica e social do Nordeste e como ela podia ser gradualmente alterada através de políticas públicas, não só no setor público, mas uma mudança na maneira como as pessoas percebiam a natureza dos desafios a enfrentar para levar o desenvolvimento ao Nordeste.

O Plano Trienal

Celso Furtado foi ministro extraordinário do Planejamento, no regime parlamentarista. Ele recebeu a incumbência de preparar o Plano Trienal, que tinha que estar pronto antes do final de 1962, antes da votação do plebiscito, que restabeleceria o presidencialismo, que todo mundo achava que seria restabelecido mesmo. Um plano para 1963, 64 e 65. Acho que o Plano Trienal era uma aposta de continuidade e de estabilidade política institucional do país e preservação da democracia. Digo isso por que, na época, em um discurso famoso, San Thiago Dantas, ministro da Fazenda, faz pela primeira vez uma distinção entre esquerda positiva e esquerda negativa, em que mostra a necessidade de juntar o sonho, o desejo de mudança com uma aliança política que pudesse realizá-lo. Ele disse que sonho sem aliança política é devaneio e aliança política sem uma idéia de que rumo tomar se desfaz no ar.

Essa era a parte política. Na parte econômica, havia o objetivo de ter uma inflação chegando a 10% em 1965. Ela estava em 50% quando o plano estava sendo escrito. Eles chegaram a propor 25% para 1963. Não me lembro quanto era para 1964, mas chegava perto de 10% em 1965. E havia medidas concretas na área fiscal, na área monetária, na área de medidas de política estrutural de investimento, para permitir que o país conseguisse combinar naquele triênio uma redução gradual da inflação com preservação do crescimento, do emprego. Não me lembro de detalhes do plano, mas li com atenção na época, e acho que foi uma importante contribuição a idéia do olhar adiante e sugerir que havia a possibilidade de enfrentamento daquela situação, que era terrivelmente difícil do ponto de vista político.

Tenho certeza de que vai se voltar ao Plano Trienal muitas vezes, naquela minha linha de que cada geração reescreve, reinterpreta o passado à luz das preocupações do momento. Há de se voltar a isso mais de uma vez, esse debate não foi esgotado. Mas acho que é mais uma demonstração de que Celso Furtado nunca foi, apesar de certas leituras que se fazem mais recentemente, por conta de certas posições tópicas, aqui e ali e em algumas áreas específicas, uma pessoa, um intelectual movido pela ideologia. A razão sempre prevaleceu sobre a paixão, embora a paixão estivesse sempre presente. Ele escrevia com paixão. Mas a paixão nunca chegou a afetar sua racionalidade, sua razão, sua clareza de pensamento. Parte do respeito que minha geração tem por ele vem disso também. Não só disso, mas disso também.

Valor, 26/11/2004

Um Humanista

Marco Maciel

Conheci o professor Celso Furtado no início da década de 60, no tempo em que fui líder estudantil e presidia o Diretório Central de Estudantes da então Universidade do Recife. Na ocasião ele se dedicava, com status de ministro de Estado, a uma desafiante tarefa que lhe confiara o presidente Juscelino Kubitschek: promover estudos com vistas a formular uma política de desenvolvimento para o Nordeste e constituir, a partir daí, uma instituição federal que a executasse.

O projeto, intitulado “Uma política para o desenvolvimento do Nordeste”, envolveu uma equipe multidisciplinar mobilizada por Celso Furtado e por ele coordenada, representando a primeira iniciativa bem tecida de plano integrado para a região nordestina.

Destacaria dois pontos mais relevantes: a originalidade da proposta, por considerar que não era a seca o único problema da área, e sim o subdesenvolvimento a causa maior condicionante das reduzidas taxas de crescimento econômico e dos elevados níveis de desemprego e concentração de renda; ao lado disso, a criação da Sudene, pioneira autarquia federal destinada a coordenar e executar, em articulação com os Estados, programas econômicos, sociais e culturais sob a supervisão de um conselho deliberativo que se transformou em Parlamento regional, constituído de ministros, governadores, representantes de trabalhadores e empresários.

Furtado intuía que as ações deveriam ser precedidas de consistente planejamento, ainda não exercitado com sofisticação técnica em nosso país, mormente no Nordeste. Preocupou-se dessarte em formar quadros para a Sudene e estabelecer enlacs com as universidades da região. Para esse fim, valeu-se da cooperação de instituições brasileiras e do exterior, inclusive Cepal, BID e Banco Mundial.

Roberto Campos, em 1992, ao analisar as obras de lorde Keynes e Frederick Hayek, observou que este costumava afirmar que “não era bom economista quem fosse apenas economista”. Celso Furtado, antes de ser um economista, era um pensador social e, sobretudo, um humanista, atento gassetianamente a tudo o que dissesse respeito ao homem e sua circunstância.

Observe-se a propósito o que pensava Celso Furtado em entrevista no jornal “A União”, da Paraíba, após sua eleição para a Academia Brasileira de Letras:

“Quando, finalmente, aos 26 anos de idade, comecei a estudar economia de maneira sistemática, minha visão do mundo já estava definida. Assim, a economia não chegaria a ser mais um instrumental que me permitia com maior eficácia tratar problemas que vinham da observação da história ou da vida dos homens em sociedade. Pouca influência teve a economia, portanto, na conformação do meu espírito. Nunca pude compreender a existência de um problema estritamente econômico. Por exemplo, a inflação nunca foi, em meu espírito, outra coisa senão a manifestação de conflitos de certo tipo entre grupos sociais”.

Sua obra, especialmente a *Formação Econômica do Brasil*, atesta a percepção metaeconômica — posto que social, cultural e política — de sua concepção do processo de desenvolvimento, combinando, assim, eficácia econômica e justiça social.

Foi, portanto, um humanista para quem nada do que era humano lhe era indiferente.

“Caio Prado, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Celso Furtado, Raymundo Faoro e precursores de gênio como Nabuco voltaram-se para essas estruturas do passado a fim de nelas encontrar a chave do presente”, lembrou certa vez o embaixador Rubens Ricupero. E acrescenta: “A eles devemos as referências e os parâmetros obrigatórios para qualquer discussão ou balanço da experiência histórica brasileira”.

Depois de haver, no governo do presidente José Sarney, sido colega do mestre Celso Furtado, ele ministro da Cultura e eu chefe do Gabinete Civil, voltei a ouvir, após o meu ingresso na ABL, as suas probas e densas lições, tendo sempre ao lado sua querida Rosa, que participava intensamente de sua vida, com amorosa e total dedicação.

No seu desaparecimento, resta o conforto de saber que a morte, como disse Rui Barbosa, “não divorcia, aproxima”, e suas idéias continuarão a pervadir corações e mentes de quantos buscam consolidar a democracia e o desenvolvimento integrado do país.

Folha de S.Paulo, 26/11/2004

A la Memoria de Celso Furtado (1920-2004)

Arturo Guillén R.

Furtado nació el 20 de julio de 1920 en Pombal, estado de Paraíba, población del nordeste brasileño, una de las regiones más bellas y atrasadas de su inmenso país. Efectuó estudios de Derecho en la Universidad de Brasil, hoy Universidad Federal de Río de Janeiro. En 1944 se unió a las fuerzas brasileñas que combatieron al lado de los Aliados en la Segunda Guerra Mundial. Al término de la misma, se graduó como doctor en Economía en la Universidad Sorbona de París (1948), bajo la dirección de Maurice Bye.

Fue autor de más de 30 libros, traducidos muchos de ellos en varias lenguas extranjeras. Entre sus obras más importantes se encuentran: *Formación económica de Brasil* (1959); *Subdesarrollo y estancamiento en América Latina* (1966); *Teoría y política del desarrollo económico* (1967); *La economía latinoamericana* (1976); *La fantasía organizada* (1985), ensayo autobiográfico; *El capitalismo global* (1998); *En busca de un nuevo modelo, reflexiones sobre la crisis contemporánea* (2002).

Desempeñó diversos cargos públicos a lo largo de su vida: Director del Sudene, durante la administración de Juscelino Kubitschek (1956-1960), organismo federal de fomento del nordeste brasileño que aun existe, y cuyas bases teóricas metodológicas y operativas fueron concebidas por Furtado; Ministro de Planeación durante el gobierno progresista de Joao Goulart en 1961-1964, el cual fue derrocado por los militares, lo que provocó el exilio de Furtado. Al abandonar los militares el poder, ejerció los cargos de Embajador ante la Unión Europea (1985-1986) y Ministro de Cultura (1986-1990), durante el gobierno de transición de José Sarney. Su actividad docente también fue intensa. Durante su exilio político fue profesor de las universidades de París, Yale, Cambridge y Harvard; fue nombrado doctor honoris causa en diversas universidades europeas y latinoamericanas.

Raúl Prebisch y Celso Furtado fueron sin duda los economistas latinoamericanos más importantes del siglo XX, no sólo por la importancia que adquirió su pensamiento al fundar una corriente teórica: el estructuralismo latinoamericano, que ocupa un lugar central en la teoría del desarrollo y ejerció una profunda influencia en el pensamiento latinoamericano; sino también por haber influido de manera determinante en la estrategia económica de los gobiernos de América Latina en el periodo de la posguerra, durante el cual lograron el mayor desarrollo y progreso social de su historia moderna.

Prebisch fue el fundador del estructuralismo con su teoría del deterioro de los términos de intercambio entre los productos primarios y manufacturados¹, pero la contribución de Furtado en la construcción de la teoría cepalina del desarrollo y de la dependencia, fue decisiva. El propio Prebisch destaca en su última obra el papel central de Furtado. Al referirse al pensamiento cepalino, Prebisch señalaba:²

“Este pensamiento viene desarrollándose desde los primeros tiempos de la Cepal. Tuve entonces la buena fortuna de encontrar hombres jóvenes con los que pude tener un diálogo para mi estimulador y fecundo(...)

“Ante todo, Celso Furtado. Celso ya había iniciado fervorosamente sus tareas en la Cepal cuando me invitó a Santiago para escribir la introducción del primer *Estudio Económico* me impresionó vivamente por el talento extraordinario que desbordaba ya en sus años juveniles. Su colaboración conmigo ha sido inapreciable. Bien sabemos lo que significa su gran tarea intelectual; nadie ha penetrado con más profundidad en la interpretación del desarrollo. Siempre original e incisivo ha dado gran prestigio a su cátedra en la Sorbona ¡Tiene el exilio sus giros inesperados!

Nunca palabras más generosas y justas que las del fundador de la corriente cepalina. Efectivamente nadie como Furtado contribuyó tanto a la formalización teórica y al desarrollo del enfoque cepalino. Son muchos sus aportes, por tanto difíciles de resumir en una breve nota, pero acaso los más relevantes fueron:

El análisis histórico del subdesarrollo. Su primera obra importante *La formación histórica de*

¹ Raúl Prebisch (1948) “El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas”. *El Trimestre Económico*. Vol. LXIII (1), Num. 249. México, F.C.E., p. 175-246.

² Raúl Prebisch (1981) . *Capitalismo periférico: crisis y transformación*. México, F.C.E., segunda reimpresión, 1987. 344 p.

Brasil fue un espléndido trabajo de reconstrucción histórica que dio validez a la tesis prebichiana de la tendencia al deterioro de los precios de los productos primarios y demostró la imposibilidad de que Brasil y América Latina pudieran alcanzar el desarrollo sobre las bases del modelo primario-exportador que entró en crisis durante la gran depresión de los años treinta del siglo pasado. Pero al mismo tiempo comprobó como en el seno de ese modo de producción se sentaron las bases de la ulterior industrialización. El análisis de Furtado, como recordaba Theotonio Dos Santos en una carta apoyando la postulación de Celso al nobel de Economía, influyó grandemente en la escuela histórica de los Annales, como lo reconoció el propio Fernand Braudel. André Gunder Frank que es quizás el autor más conocido de la llamada teoría de la dependencia reconoce en un artículo reciente (2004)³ que esa obra de Furtado fue fundamental junto con las de Caio Prado, Sergio Bagú y otros para el desarrollo de su propio trabajo.

El desarrollo del concepto dualismo estructural. Este concepto clave de la teoría del desarrollo lo tomó, quizás, del trabajo de A. Lewis,⁴ pero le dio un enfoque muy diferente al “metropolitano” de ese autor. El encuadramiento teórico de Furtado es totalmente diferente y superior. La distinción de la existencia de un sector “atrasado” y un sector “moderno” en la periferia del sistema fue toda una revolución no sólo en el análisis económico, sino también en el sociológico dando lugar al estudio de fenómenos como la marginación, la migración y la exclusión social. La heterogeneidad estructural era un rasgo específico del subdesarrollo, que lo diferenciaba del modelo de capitalismo “clásico” del centro. Según sus propias palabras.⁵

“El subdesarrollo no constituye una etapa necesaria del proceso de formación de las economías capitalistas. Es, *en sí*, una situación particular, resultante de la expansión de las economías capitalistas con el fin de utilizar recursos naturales y de mano de obra de zonas de economía precapitalista. El fenómeno del subdesarrollo se presenta en formas variadas y en diferentes estadios. El caso más simple es el de la coexistencia de empresas extranjeras, productoras de una mercancía de exportación, con un extenso sector de economía de subsistencia, cuya coexistencia puede proseguir en equilibrio estático durante largos periodos. El caso más complejo es el que se da cuando la economía presenta tres sectores: uno, principalmente de subsistencia; otro dirigido sobretodo hacia la exportación, y el tercero, con un núcleo industrial ligado al mercado interno (...)

La heterogeneidad estructural, según Furtado, sólo podía entenderse en el marco de la existencia de relaciones de dominación-dependencia entre el centro y la periferia en el sistema mundial capitalista. De allí que el desarrollo entendido como proyecto histórico tendría que ser un proceso fundamentalmente nacional. A lo largo de la historia de América Latina, la dependencia había provocado la concentración del ingreso y de la riqueza en unas cuantas manos. El tránsito primeramente a la sustitución de importaciones y después hacia modelos de economía abierta bajo la globalización, no había modificado ese patrón desigual e injusto de distribución del ingreso sino lo habían acentuado. Por eso para él, la dominación de las empresas transnacionales de los procesos de industrialización latinoamericanos significaba no solamente el traslado de decisiones fundamentales hacia el exterior, sino la internación de formas de consumo y de vida ajenas a las realidades nacionales. Esa inserción acentuaba y perpetuaba esquemas de distribución del ingreso que desviaban el excedente económico hacia el consumo de lujo, en vez de utilizarlo en esfuerzos internos de acumulación de capital, lo que además generaba una tendencia al estancamiento de sus economías.

Por tanto para nuestro autor, inspirador de esta Red de investigación, el desarrollo no era un proceso exclusivamente económico de acumulación de capital y progreso técnico, sino un proceso multidimensional en el que se imbricaban junto a lo económico factores sociales, políticos y culturales. Por ello al reflexionar Furtado en una de sus últimas obras acerca de la necesidad de encontrar alternativas al neoliberalismo afirmaba:⁶

³ André Gunder Frank (2003). *La dependencia de Celso Furtado*. Rebeldía. <http://www.rebellion.org/portada.php>

⁴ Arthur Lewis (1954). *Economic development with unlimited supply of labour*. The Manchester School, mayo.

⁵ Celso Furtado (1967). *La teoría del desarrollo económico*. México, Siglo XXI edit., 6a. edición, 1976. 301 p.

⁶ Celso Furtado. (2000). *El capitalismo global*. México, F.C.E. p. 64-65

“La mayor dificultad que se enfrenta es la de generar una voluntad política capaz de poner en marcha un proyecto de esta naturaleza, pues existe un condicionamiento mutuo entre la estructura del sistema productivo y el perfil de la distribución del ingreso (...) La consecución de estos objetivos presupone, evidentemente, el ejercicio de una fuerte voluntad política apoyada en un amplio consenso social”

La muerte de Furtado ha tenido un fuerte impacto no sólo en Brasil sino en toda América Latina y en quienes en el mundo conocieron su vida y obra. En Brasil se decretaron tres días de duelo nacional. El Partido de los Trabajadores de ese país declaró que las enseñanzas teóricas y el ejemplo ético de Celso Furtado serán una referencia fundamental ahora que Brasil confronta de la necesidad de construir un proyecto nacional de desarrollo.

Celso Furtado fue un pensador pero también un político, sin haber sido un hombre de partido. No era un radical, si por ello entendemos por ello a quienes pretenden ir más de lo que permiten las condiciones objetivas del momento. Cabe referir a manera de ejemplo lo siguiente. En mayo de 2003, el autor de estas líneas, junto con el economista francés Gérard de Bernis y mi hermano Héctor Guillén, visitamos a Furtado en su departamento parisino. Allí surgió forzosamente el tema del nuevo gobierno de Lula, a quien ya en ese entonces segmentos de la izquierda radical lo acusaban de haber traicionado su programa y de haberse aliado al capitalismo financiero internacional. En esa ocasión Furtado señaló que eran comprensibles tales inquietudes, pero había que darle tiempo a Lula de llevar adelante su programa de gobierno, dada la base popular de su gobierno y de la propia extracción obrera del ahora presidente.

Sin embargo un año más tarde, el propio Furtado, en el mensaje que envió a la III Conferencia Internacional de nuestra Red de investigación — que respaldó su candidatura al Premio Nobel de Economía 2004, el cual fue finalmente concedido a dos economistas del *mainstream* —, hizo eco de esas preocupaciones. En su mensaje, manifestó fuertes críticas a la estrategia económica esencialmente neoliberal de la administración brasileña, como lo evidencia el epígrafe de esta nota. Nada menos que veinticuatro horas antes del ataque cardíaco que segara su vida, Furtado había redactado una carta de protesta por la dimisión de Carlos Lessa, quien mantenía diferencias abiertas con el gabinete económico neoliberal de Lula.

Quienes postulamos la necesidad de una estrategia de desarrollo distinta al neoliberalismo estamos conscientes de que su puesta en marcha no es una tarea sencilla. Como decía el maestro Furtado:⁷

“Sabemos que una lucha de esa magnitud sólo tendrá éxito con la participación entusiasta de toda una generación. A nosotros, los científicos sociales, cabrá una responsabilidad mayor de velar para que no se repitan los errores del pasado, o mejor, para que no se vuelvan a adoptar políticas falsas de desarrollo cuyos beneficios se concentran en las manos de pocos”

Furtado Explicou Nosso Atraso

Ricardo Bielschowsky

Folha — O que mais impressiona na obra intelectual de Furtado?

Bielschowsky — A qualidade, o volume e o poder de influenciar. Além de inúmeros artigos e ensaios, são 30 livros, publicados em 11 idiomas. A estimativa é de uns 2 milhões de exemplares vendidos, o que significaria uns 10 milhões de leitores. É o cientista social brasileiro mais lido no Brasil e no exterior. A influência no Brasil foi incomparável, sobre várias gerações de acadêmicos e profissionais de distintas áreas.

Folha — O que explica esse poder de influenciar?

Bielschowsky — Capacidade analítica, ousadia, criatividade, entusiasmo. Foi um desbravador do conhecimento sobre a realidade brasileira e latino-americana, com fino sentido de construção de um projeto nacional. Ele se definiu como um intelectual engajado, a serviço da ação. Foi um militante da causa desenvolvimentista, mas nunca panfletário, sempre um acadêmico, um professor.

⁷ Celso Furtado. “Los desafíos de la nueva generación”. p.8 www.redcelsofurtado.edu.mx

Folha — Que importância tem a Cepal em sua trajetória intelectual?

Bielschowsky — O fato mais importante dessa trajetória foi seu encontro com Raul Prebisch em 1949. O jovem Furtado estava em busca de uma explicação teórica para o subdesenvolvimento brasileiro e latino-americano, que estava sendo construída naquele momento na Cepal, em Santiago do Chile. Furtado foi um interlocutor privilegiado e se tornaria um co-autor da teoria do subdesenvolvimento periférico latino-americano. Contribuiu decisivamente para o que veio a ser chamado de método de análise histórico-estrutural, um sistema analítico voltado à interpretação das transformações nas estruturas econômicas, políticas, institucionais, culturais, a partir da perspectiva histórica de médio e longo prazo.

Folha — Quais seus aspectos centrais?

Bielschowsky — Parte-se da caracterização das economias periféricas por contraste às centrais e teoriza-se sobre a inserção internacional da América Latina. Nesse sistema, primeiro, na periferia há uma baixa diversificação da estrutura produtiva, determinando uma pressão simultânea por investimentos em vários setores, e tornando o processo de industrialização muito exigente em termos de poupança/investimento e de divisas. Segundo, a pressão por divisas enfrentava-se com insuficiente exportação devido a especialização em bens primários, porque os mercados para esses produtos se expandiam pouco e porque as relações de troca se deterioravam. Terceiro, havia forte heterogeneidade tecnológica, com alguns setores operando com produtividade elevada e a grande maioria com produtividades reduzidas; resultando em produtividade média baixa e em reduzido excedente ou poupança como proporção da renda.

Folha — Como surgiu o livro *Formação Econômica do Brasil*?

Bielschowsky — Esse livro é a demonstração prática do método histórico-estrutural para o exame das transformações econômicas. É uma obra genial de legitimação histórica da abordagem estruturalista sobre o subdesenvolvimento brasileiro. O que ele faz? Mostra como a formação do Brasil foi gerando uma economia com baixa diversificação produtiva, reduzida produtividade média e oferta abundante de mão-de-obra em níveis de subsistência.

Folha — Ele mostra isso através dos ciclos históricos no Brasil?

Bielschowsky — Argumenta que o ciclo do açúcar não criou mercado interno capaz de gerar uma economia diversificada. Mas gerou uma vasta economia de subsistência, que se perpetuou quando o ciclo do açúcar entrou em retração. O ciclo do ouro foi semelhante (apesar de maior fluxo de renda monetária). No ciclo do café, Furtado enfatizou a dispersão do escravo liberto, reforçando vasta economia de subsistência.

Folha — O que pensava dos empresários?

Bielschowsky — Afirmava que o empresariado era pouco agressivo e lento para a incorporação de novas técnicas e que a classe proprietária agrícola era pouco vocacionada para o investimento e o progresso técnico, pois dedicada ao consumo conspícuo de bens com alto coeficiente importado.

Folha — Que papel teve nas políticas de desenvolvimento?

Bielschowsky — A industrialização em curso na América Latina era um processo problemático, que continha tendências perversas: desequilíbrios estruturais do balanço de pagamentos e inflação que podia ser causada por fatores estruturais, isto é, nem sempre por expansão monetária. Mais tarde, Furtado incluiu a tendência à preservação de subemprego. O corolário desse diagnóstico foi o de que a industrialização problemática requeria planejamento e apoio do Estado, que deveria capacitar-se para conferir eficiência e sustentabilidade ao processo de industrialização.

Folha — O que diferencia a corrente nacionalista das demais correntes desenvolvimentistas?

Bielschowsky — As diferenças incluíam a idéia do controle por agentes nacionais, privados e estatais, dos centros de decisão sobre poupança/investimento; a necessidade de gerar autonomia financeira com relação a fontes internacionais de capital; e maior sensibilidade com relação às questões ligadas a distribuição da renda, entre setores econômicos, classes sociais e regiões.

Folha — A Sudene é um exemplo dessa ênfase redistributivista?

Bielschowsky — Sem dúvida. Furtado argumentava que o Nordeste perdia sistematicamente renda e recursos produtivos para o restante do país, e que era necessário inverter o processo mediante uma política específica. Convenceu Juscelino e criou a Sudene.

Folha — O livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* tem a mesma importância de *Formação Econômica do Brasil*?

Bielschowsky — No campo da teorização sobre desenvolvimento, é a obra mais importante de Furtado. Foi publicada em 1961, compilando ensaios escritos no final dos anos 50. A outra, igualmente relevante, é *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*.

Folha — Que idéias destacaria no livro de 1961?

Bielschowsky — Primeiro, o subdesenvolvimento deve ser entendido como uma das linhas históricas de projeção do capitalismo industrial cêntrico em âmbito global. Ele se dá por meio da expansão de empresas capitalistas modernas sobre estruturas sociais arcaicas, formando economias híbridas, profundamente heterogêneas. Essa discussão estará no âmago da “teoria da dependência”, ao longo dos anos 60. Segundo, o subdesenvolvimento é um “processo histórico autônomo”, que tende a se perpetuar, e que não pode ser considerado uma etapa do desenvolvimento econômico pela qual têm de passar todos os países, sob pena de subestimar a mobilização social e política necessária para superá-lo. Terceiro, talvez mais importante para a discussão sobre o modelo de desenvolvimento brasileiro nas décadas seguintes, a estrutura ocupacional, com oferta abundante de mão-de-obra, se altera nas economias desenvolvidas de forma lenta, porque o progresso técnico importado dos países cêntricos seria inadequado à absorção dos trabalhadores ligados à vasta economia de subsistência. Segue-se que o sistema tenderia à concentração de renda e à injustiça social.

Folha — Esse seria o ponto de partida do debate brasileiro sobre modelos de desenvolvimento?

Bielschowsky — O livro é a matriz da qual parte Furtado para a análise da relação entre crescimento e distribuição de renda nas condições da periferia subdesenvolvida. Aliás, com Furtado, a expressão “desenvolvimento” passa a ser entendida como crescimento integrado a redução das desigualdades sociais. Mas sua contribuição é analítica, ele inaugurou no país e na América Latina mais ou menos concomitantemente com Aníbal Pinto e Maria da Conceição Tavares a discussão sobre padrão ou modelo de crescimento. Isso vai aparecer, por exemplo, nos livros *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* e *Análise do Modelo Brasileiro*. Esses livros pautaram a discussão sobre o modelo brasileiro de desenvolvimento. Furtado integrou dois conjuntos de elementos: o perfil da oferta de bens e sua transformação e o perfil da demanda de bens, que refletiria a composição do emprego, dos salários e da distribuição de renda.

Folha — Isso é estruturalista?

Bielschowsky — Sim, mais uma vez, é uma análise que contrasta a “periferia” com o “centro”. Agora, discutindo não apenas as diferenças na estrutura produtiva mas também na distributiva.

Folha — Explique, por favor, um pouco melhor essa idéia.

Bielschowsky — Para Furtado, a história latino-americana seria muito distinta da que ocorre nos países centrais, onde o aumento de produtividade eleva salários reais, aumentando a demanda e provocando crescimento e produtividade, num círculo cumulativo virtuoso. Aqui seria diferente.

Folha — Quais as diferenças?

Bielschowsky — A composição da demanda para os setores capitalistas modernos reflete as estruturas de propriedade e renda concentradas, predeterminando uma evolução da composição da oferta semelhante à dos países desenvolvidos; mas, aqui, a oferta ilimitada de mão-de-obra impede que o aumento de produtividade se traduza em aumento de salários. Lá e aqui, a tecnologia adotada e a elevação de escala significam crescente aumento na relação capital/trabalho, mas no nosso caso a abundância de mão-de-obra vai motivando, dinamicamente, a concentração da renda. Só uma redistribuição de renda e a conseqüente recomposição dos investimentos permitiriam uma trajetória de expansão com mais emprego e maior justiça social.

Folha — Que outras idéias de Furtado persistem?

Bielschowsky — Muitas, pois as assimetrias entre “centro” e “periferia” que ele sempre apontou persistem, apesar de terem adquirido uma nova configuração. Nos últimos tempos, Furtado passou a referir-se às tendências problemáticas da globalização, mas a base analítica da argumentação não mudou. Continuou sendo o atraso relativo com relação ao centro, e as políticas desenvolvimentistas que deveriam ser adotadas. Não persiste uma enorme inferioridade produtiva e tecnológica, relativamente aos países desenvolvidos? Não persiste uma enorme vulnerabilidade externa, muito su-

perior àquela que afeta os países desenvolvidos? Não persiste um enorme subemprego? A reforma agrária e o fomento à agricultura familiar não continuam sendo necessários?

Folha — Mas não terá a agenda desenvolvimentista mudado?

Bielschowsky — A agenda desenvolvimentista mudou, adequando-se às condições atuais. Afinal, a economia está aberta, a capacidade financeira do Estado é menor, a etapa básica de montagem do parque industrial terminou. Mas persiste a necessidade de se contar com um Estado que apóie o crescimento, o progresso técnico, o aumento da produtividade e da competitividade, uma melhor inserção internacional e menor vulnerabilidade externa, e uma estratégia de crescimento que contemple a sociedade como um todo, e que integre crescimento e redistribuição de renda. O trabalho intelectual de Furtado tem profunda atualidade.

Entrevista a Marco Antonio Cintra, Folha de S.Paulo, 28/11/2004

Celso Furtado

Times On Line, 15/12/2004

The Brazilian economist Celso Furtado was one of his country's most noted theorists, an internationally acclaimed thinker whose theories transcended a ten-year period of exile from his homeland.

Innovative and politically engaged, he was one of the principal architects of the economic policy known as developmentalism, a model which envisaged an interventionist and redistributive role for the State in developing countries.

Celso Furtado was born in 1920 in Pombal, Paraíba state, in the drought-stricken northeast of Brazil. He graduated in law from the Federal University of Rio de Janeiro in 1944 and served with the Brazilian Expeditionary Forces in Italy for a year after that. It gave him the subject for his first book, *From Naples to Paris: Tales from the Expeditionary Life* (1946). The book was dedicated to the "tender and kind Italian women" who had so delighted the author on his stay there; but he soon turned to more practical matters, and took his doctorate in economics from the Sorbonne in 1948.

It was Raúl Prebisch, effectively the founder of the United Nations Conference on Trade and Development, who first spotted his talent. In 1949 Furtado was made part of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), one of the regional commissions of the UN, situated in Santiago, Chile. A year later, Prebisch, by then the head of ECLAC, appointed Furtado as the first director of the new economic development division.

Although Furtado worked for the commission only until 1957, these were crucial formative years for him. He became a leading contributor to the Latin American structuralist school of development which germinated there. Besides Prebisch and Furtado, it included such thinkers as Aníbal Pinto, Juan Noyola, Osvaldo Sunkel, Victor Urquidi and Jorge Ahumada.

The commission's proposals had a profound influence on economic policy throughout Latin America. They advocated an import-substituting industrialisation policy, combined with economic integration. By exposing the various mechanisms of unequal exchange between the North and the South, they also argued for a fairer international economic order. In 1956, Furtado met Nicholas Kaldor, a Fellow of King's College, Cambridge, who impressed him with his use of Keynesian categories for the analysis of problems in economic development. Like Prebisch, Furtado was much influenced by Keynes's thought, particularly regarding the role of the State.

Kaldor invited Furtado to stay for a year at King's, in 1957-58. There he met such leading economists such as Piero Sraffa, Joan Robinson, A. K. Sen, Piero Garegnani, Richard Kahn, Arthur Pigou and James Mead. While there, he also wrote *The Economic Growth of Brazil: A Survey from Colonial to Modern Times* (1959; in English 1963). It became a highly influential book.

A prolific writer, Furtado published more than 30 accessible and engaging books, which were translated into 15 languages and have sold more than two million copies all over the world. His *Economic Development of Latin America: Historical Background and Contemporary Problems* (1970)

became the standard text for students following Latin American studies in the UK and elsewhere, especially during the 1970s and 1980s.

In 1958 Furtado was appointed director of the Brazilian Bank of Economic Development by the Government of Juscelino Kubitschek. There he conceived the project which in 1959 led to the creation of Sudene, a government agency for the promotion of development in the impoverished northeast of Brazil. He directed the agency until the military coup which overthrew the reformist government of João Goulart in 1964.

During the Goulart Government he had also become Brazil's first Minister of Planning (1962-63). With the coup, however, he was deprived of his political rights and emigrated. He took up appointments in various universities, including Yale (1964-65) and the Sorbonne (1965-85). He was the first foreign professor to be appointed by the Sorbonne; the decree was signed by President de Gaulle. In 1973-74 he held the Simón Bolívar Chair in Latin American Studies in Cambridge.

Although not a Marxist, Furtado was influenced by some Marxist ideas. He was one of the first social scientists to use the term "dependency" (in one of his first books, published in 1956), and he made a major contribution to dependency theory, which captured the imagination of students during the 1960s and 1970s in Latin America and elsewhere.

Like André Gunder Frank, but well before him, Furtado argued that development and underdevelopment are part of the same historical process, and are different sides of the same global system. As underdevelopment is a specific phenomenon it "calls for an effort at autonomous theorisation", as he wrote in his book *Development and Underdevelopment* (1964).

From 1979 to 1982 he was a member of the UN committee for development planning in New York. With the return to democracy in Brazil he was first appointed Brazil's Ambassador to the European Union in Brussels (1985-86) and then Minister of Culture (1986-88).

In 1987-91 he was a member of the South Commission (Geneva), which was headed by Julius Nyerere, the former President of Tanzania, and in which Manmohan Singh, now the Prime Minister of India, played a leading role. He served Unesco's world commission on culture and development in 1993-95 and on its international bioethics committee in 1995-97. In 1997 he was elected to the Brazilian Academy of Letters and in 2003 to the Brazilian Academy of Sciences.

Furtado was a resolute supporter of Luis Inácio Lula da Silva during his campaign for the presidency, and celebrated his victory in 2002. Though he applauded President Lula's fight against poverty he became concerned with his economic policy, which found increasing approval from the IMF and the World Bank in Washington. However, Furtado was pleased when, in July last year, Lula decided to recreate Sudene, the project he had founded.